



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jaques Wagner, Laércio Oliveira, Wilder Morais e Soraya Thronicke, não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Passa-se à apreciação das emendas desta Comissão ao PLN n° 29, de 2023–CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. Nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de Autor de Emenda Coletiva. Item único: discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLOA/2024 (PLN 29/2023-CN), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. **O relator, Senador Omar Aziz, apresenta o relatório sobre as 87 sugestões de emendas apresentadas, sendo 86 emendas à despesa e uma ao texto.** Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução n° 1, de 2006-CN, combinada com a Instrução Normativa n° 16/2023, do Senado Federal, e com o artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas: 4 (quatro) emendas de apropriação: Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ**, nos termos do relatório: **Emenda nº 1-CCJ: Ação: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional. Valor: 1.000.000.000,00. Emenda nº 2-CCJ: Ação: 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional. Valor: 400.000.000,00. Emenda nº 3-CCJ: Ação: 20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional. Valor: 200.000.000,00. Emenda nº 4-CCJ: Ação: 20UF – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas – Nacional. Valor: 500.000.000,00. VALOR TOTAL: R\$ 2.100.000.000,00. É aprovada uma emenda de texto: Emenda de Texto nº 5-CCJ. Ementa: Compensação aos entes federais por investimentos em Rodovias Federais. Referência: Corpo da Lei, Cap V, Art 9. Texto Proposto: Art. 8º-A Nas hipóteses de transferências de recursos de Entes Federados para a União executar obras federais em ativos próprios, o valor correspondente será abatido da dívida amparada pelo Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) ou de outras obrigações contratuais compensáveis com o Tesouro Nacional. Ao final da reunião, a presente Ata foi aprovada pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22>

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Ploa 2024 (PLN 29, de 2023, do Congresso Nacional), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

As emendas aprovadas serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata desta reunião.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Omar Aziz, para fazer o relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023, Projeto de Lei nº 29, de 2023 – CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões permanentes a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. As emendas de Comissão à despesa, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, e ao texto do projeto, devem ser...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Se vocês não fizerem silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha, olha...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Se vocês não fizerem silêncio, não venham pedir para a gente votar esse negócio na semana que vem, não! (*Risos.*)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Boa, boa! Boa ideia!

Senão, a gente vai perder voto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não voto, simples!



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, esta Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLoa 2024.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 87 sugestões de emendas, sendo 86 às despesas e uma ao texto.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas e estão relacionadas em quadro anexo.

Análise.

Foram apresentadas, no âmbito desta Comissão, 87 propostas de emendas, sendo uma indicação de emenda ao texto, três de emendas de remanejamento e 83 de apropriação. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à CCJ. Assim, a observância do limite máximo exigiu uma análise minuciosa, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Consideramos que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, selecionamos algumas, com os critérios:

"21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da Sugestão de nº 44, com valor de R\$1 bilhão, que foi objeto de indicação dos seguintes Parlamentares: Marcio Bittar, Paulo Paim, Omar Aziz, Irajá, Ana Paula Lobato, Veneziano Vital do Rêgo – todos Senadores –, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Plínio Valério, Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Marcelo Castro, Tereza Cristina, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Hamilton Mourão;

"20I7 – Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$400 milhões dos Parlamentares: Marcio Bittar, Omar Aziz, Irajá, Ana Paula Lobato, Davi Alcolumbre, Jorge Kajuru e Eduardo Braga;

"20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional", no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas, na forma da Sugestão nº 13, com valor de R\$200 milhões, que foi objeto de indicações dos seguintes Parlamentares: Marcio Bittar, Ana Paula Lobato, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Plínio Valério, Efraim Filho, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Hamilton Mourão;

"20UF – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas – Nacional", no valor de R\$500 milhões, com os seguintes Parlamentares: Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Hamilton Mourão.

Vale lembrar que as ações 21BM, 20IE e 20UF foram as três escolhidas como as emendas desta Comissão ao Anexo de Prioridades e Metas ao PLDO 2024.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais.



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As propostas de Emenda nº 67 e 71 não devem ser acolhidas, pois sugerem remanejamento para a ação 21BM, que é uma das que estamos propondo para ser acolhida como emenda de apropriação, além do que nas emendas está sendo indicado como fonte de recursos o corte em despesas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública relativas a administração das unidades, que já contam com o orçamento muito enxuto, bem como em ação relativa a policiamento, na Polícia Rodoviária Federal, e na manutenção do sistema de emissão de passaportes.

Em relação à proposta de Emenda nº 72, sugere remanejamento para a ação 00SW – Regularização Fundiária Urbana, ação do Ministério das Cidades, apresentando como recursos o corte em despesas classificadas no RP3. Entendemos que uma emenda para esta ação deveria ser proposta pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Portanto, não entendemos que ela seja acolhida.

Já a Proposta nº 87, referente à emenda de texto, sugere a adição do art. 8-A com o seguinte texto: "Nas hipóteses de transferências de recursos de entes federados para a União executar obras federais em ativos próprios, o valor correspondente será abatido da dívida amparada pelo Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) ou de outras obrigações contratuais compensáveis com o Tesouro Nacional". Em nosso entendimento, a proposta deve ser acolhida.

Diante do exposto, votamos pela apresentação, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das seguintes emendas de apropriação, conforme o seguinte quadro, além da emenda de texto:

- 21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança, R\$1 bilhão;
- 20I7 – Promoção da Política Nacional de Justiça – Nacional, R\$400 milhões;
- 20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional, R\$200 milhões;
- 20UF – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas – Nacional, R\$500 milhões.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive eventuais ajustes técnicos ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2024.

Sala da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, Senador Omar Aziz, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Eu queria fazer um agradecimento ao Senador Omar Aziz, que aceitou relatar as emendas da Comissão junto ao orçamento, da Ploa 2024, e dizer ao Senador Omar que o relatório de V. Exa. atende, no todo ou em parte, todos os desejos de todos os Senadores que solicitaram inclusão de emendas junto a esta Comissão. Eu queria agradecer a V. Exa. pelo carinho e pela atenção dispensada, o significado importante é que agora, a partir do ano que vem, com essas emendas incluídas no orçamento do Brasil, nós teremos nesta Comissão a condição de viabilizar políticas públicas numa agenda fundamental que é a agenda proposta pelas emendas apresentadas por V. Exa.



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, meu amigo irmão, Senador Omar Aziz!

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E eu queria propor a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.*)